

BALANÇO PATRIMONIAL			
Descrição	Saldo Atual	Descrição	Saldo Atual
ATIVO	2.170.787,11D	PASSIVO	2.170.787,11C
ATIVO CIRCULANTE	241.706,47D	PASSIVO CIRCULANTE	806.543,95C
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	127.260,63D	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	136.463,72C
CAIXA	838,33D	EMPRÉSTIMOS	136.463,72C
CAIXA GERAL	838,33D	BANCO ITAÚ S.A - C/C 3950-9	136.463,72C
BANCOS CONTA MOVIMENTO	126.422,30D	FORNECEDORES	111.303,41C
BANCO DO BRASIL - AG. 4615-9 / C.C 5143-8	5.169,43D	FORNECEDORES	111.303,41C
BANCO DO BRASIL - AG. 4615-9 / C.C. 7288-5	440,46D	DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A .	21.994,44C
BANCO DO BRASIL - AG. 4615-9 / C.C 8346-1	18.294,76D	TELEFONICA BRASIL S A	300,58C
BANCO DO BRASIL - AG. 4615-9 / C.C 10890-1	1,00D	S. A. A. BARUFFI - EPP	150,00C
BANCO DO BRASIL - AG. 4615-9 / C.C 600-9	340,49D	ELETRICA BEL MAT. ELETRICOS LTDA	380,00C
BANCO DO BRASIL - AG. 4615-9 / C.C 11424-3	52.621,44D	ASSIS SERVICOS MEDICOS S/S LTDA	4.275,05C
BANCO DO BRASIL - AG 4615-9 / C.C. 12487-7 MAIS SANTAS CASAS	10.636,37D	GUTIERRES BARUFFI LTDA	12.000,00C
BANCO CORA - AG. 0001 / C.C 1513108-1	34.119,80D	CONSTRUCENTER IBIRA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO	740,00C
BANCO DO BRASIL - AG. 4615-9 / C.C 11463-4	4.798,55D	BARIANI IBIRA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	1.750,00C
CRÉDITOS	23.698,01D	EQUIPLAB EQUIPAMENTOS EIRELI	2.142,28C
VALORES A RECEBER	23.698,01D	ERICA APARECIDA DE SOUZA LIMA EIRELI	2.883,90C
HB SAUDE S/A	18.193,01D	IRMÃOS COUTO LTDA - ME	1.921,50C
MUNICIPIO DE IBIRA	4.400,00D	SUPERMERCADO TAVARES DE IBIRA LTDA	8.656,02C
LABORATORIO CHROMATOX LIMITADA	1.105,00D	ARCOM S/A	647,38C
OUTROS CRÉDITOS	88.805,58D	CIRURGICA OLIMPIO LTDA	2.116,74C
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	58.321,55D	ARLET JOSE FRIGIERI - ME	281,50C
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	58.321,55D	EMPORIO DA GULA COMERCIO DE CESTAS E PRESENTES LTD	1.626,00C
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	25.045,76D	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	623,52C
ADIANTAMENTO DE SALÁRIO	3.817,47D	ARTHUR VALENTIM ZAPAROLLI - ME	100,00C
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	4.565,28D	JOSE MARIO THOME	1.768,50C
ANTECIPAÇÃO DE SALÁRIO	16.663,01D	EMPCONT LTDA	4.675,00C
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	5.438,27D	SABESP CIA DE SANEAMENTO BASICO ESTADO DE SP	799,31C
TRIBUTOS PAGOS A MAIOR OU INDEVIDAMENTE	5.438,27D	J. C. NEVES DA SILVA LTDA	1.660,50C
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.942,25D	LACAP - LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA	755,16C
APLICAÇÕES FINANCEIRAS REND. PREFIXADOS	1.942,25D	SILVA & MEM LTDA	2.565,00C
APLIC. FINANC. BANCO DO BRASIL - C/C 11045-0	1.942,25D	MARIA APARECIDA TADEA GARCIA ME	3.364,18C
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.929.080,64D	MIGUEL E DUTRA ENXOVAIS LTDA ME	758,00C
IMOBILIZADO	1.929.080,64D	CLINICA MEDICA BICHARA LTDA	6.750,00C
IMÓVEIS	883.396,43D	FUNDACAO FACULDADE REGIONAL DE MEDICINA S J RIO PRETO	7.074,84C
TERRENOS	883.396,43D	REI DO LENCOL LTDA	13.140,00C
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	425.921,42D	BEBIDAS POTY S.A.	440,46C
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	425.921,42D	REINOSO E SILVA LTDA	1.542,65C
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	448.312,47D	RIO LINE PROD DE LIMPEZA LTDA	2.634,90C
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	406.312,47D	UNIVEN LTDA	786,00C
GERADOR ESTACIONÁRIO	30.000,00D	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	28.238,67C
APARELHO LABORATÓRIO	12.000,00D	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	28.238,67C
OUTRAS IMOBILIZACOES	856.724,69D	IRRF A RECOLHER	15.537,92C
INSTALAÇÕES	669.420,35D	CRF A RECOLHER	12.700,75C
BENS DE PEQUENO VALOR	23.305,34D	OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	469.157,79C
CARRINHO DE ANESTESIA	23.000,00D	OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	192.689,36C
APARELHO DE RAIO X	140.999,00D	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	186.887,00C
(-) DEPRECIações, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	685.274,37C	FÉRIAS A PAGAR	3.508,37C
(-) DEPRECIações DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	139,03C	13º SALÁRIO A PAGAR	538,73C
(-) DEPRECIação ACUMULADA	685.135,34C	RESCISÕES A PAGAR	1.755,26C
		OBRIGAÇÕES SOCIAIS	31.623,73C
		INSS A RECOLHER	20.354,72C
		FGTS A RECOLHER	11.269,01C
		OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL E SOCIAIS A PAGAR	244.844,70C
		FÉRIAS	225.102,90C
		FGTS SOBRE FÉRIAS	19.741,80C
		OUTRAS OBRIGAÇÕES	61.380,36C
		PROCESSOS JUDICIAIS	9.000,00C
		AÇÕES TRABALHISTAS	9.000,00C
		PARCELAMENTOS	52.380,36C
		PARCELAMENTO - FUNDACAO FACULDADE REGIONAL DE MEDICINA S J RIO PRETO	52.380,36C
		PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	21.825,25C
		PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	21.825,25C
		PARCELAMENTOS	21.825,25C
		PARCELAMENTO - FUNDACAO FACULDADE REGIONAL DE MEDICINA S J RIO PRETO	21.825,25C
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.342.417,91C
		PATRIMONIO SOCIAL	1.342.417,91C
		SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADO	1.342.417,91C
		SUPERÁVIT ACUMULADO	1.296.285,90C
		AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	46.132,01C

LELLIS FERRAZ DE ANDRADE
NETO:41620559803

Assinado de forma digital por
LELLIS FERRAZ DE ANDRADE
NETO:41620559803
Dados: 2025.02.27 10:58:45 -03'00'

LELLIS FERRAZ DE ANDRADE NETO

CPF: 416.205.598-03

LUIS RICARDO
BARUFFI:31064960880

Assinado de forma digital por LUIS
RICARDO BARUFFI:31064960880
Dados: 2025.02.27 10:59:14 -03'00'

LUIS RICARDO BARUFFI
Reg. no CRC - SP sob o No. 1SP262232/O-5
CPF: 310.649.608-80

Atenção: O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s).

Informações gerais do arquivo:

Nome do arquivo: SANTA CASA IBIRAI - BP 2023.pdf
Hash: 6661b4d8e25a03336d4e6d064a508de08a0184b231d919cf1c8de8bcd7b01cdb
Data da validação: 10/03/2025 09:36:36 BRT

Informações da Assinatura:

Assinado por: LELLIS FERRAZ DE ANDRADE NETO
CPF: ***.205.598-**
Nº de série de certificado emitente: 0x674424041066a1ce
Data da assinatura: 27/02/2025 10:58:45 BRT



Assinatura aprovada.

Informações da Assinatura:

Assinado por: LUIS RICARDO BARUFFI
CPF: ***.649.608-**
Nº de série de certificado emitente: 0x67442411064524a8
Data da assinatura: 27/02/2025 10:59:14 BRT



Assinatura aprovada.

Ver Relatório de Conformidade

ACESSO RÁPIDO

Validar

Sobre

Dúvidas

Informações

Fale Conosco

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Resultado do período	(142.227,19)
Depreciação/Amortiação	139,03
Ajustes de Exercícios Anteriores	46.132,01
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) AJUSTADO	(95.956,15)
(Aumento) / Diminuição Valores a Receber	(23.698,01)
(Aumento) / Diminuição Adiantamentos a Empregados	(25.045,76)
(Aumento) / Diminuição Adiantamentos a Fornecedores	(58.321,55)
(Aumento) / Diminuição Tributos a Recuperar	(5.438,27)
Aumento / (Diminuição) Fornecedores	92.779,39
Aumento / (Diminuição) Obrigações com Empregados	60.177,22
Aumento / (Diminuição) Obrigações Trabalhistas e Sociais	(27.859,71)
Aumento / (Diminuição) Obrigações Tributárias	23.244,16
Aumento / (Diminuição) Outras Obrigações a Pagar	83.205,61
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	23.086,93

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aquisições de Bens e Direitos	(4.364,00)
Outros Investimentos e Aplicações a Longo Prazo	47.684,82
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	43.320,82

Aumento nas Disponibilidades	66.407,75
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	60.852,88
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	127.260,63

LELLIS FERRAZ DE ANDRADE
NETO:41620559803

Assinado de forma digital por
LELLIS FERRAZ DE ANDRADE
NETO:41620559803
Dados: 2025.02.27 10:59:54 -03'00'

LELLIS FERRAZ DE ANDRADE NETO

CPF: 416.205.598-03

LUIS RICARDO BARUFFI:31064960880

Assinado de forma digital por
LUIS RICARDO BARUFFI:31064960880
Dados: 2025.02.27 11:00:16 -03'00'

LUIS RICARDO BARUFFI

Reg. no CRC - SP sob o No. 1SP262232/O-5
CPF: 310.649.608-80



Atenção: O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s).



VALIDAR



Serviço de validação de assinaturas eletrônicas

hash: 51905b0004b01ba0e0070a23e0173e05b00029009211401295900000570300

Data da validação: 10/03/2025 09:37:31 BRT



Informações da Assinatura:

Assinado por: LELLIS FERRAZ DE ANDRADE NETO
CPF: ***.205.598-**
Nº de série de certificado emitente: 0x674424041066a1ce
Data da assinatura: 27/02/2025 10:59:54 BRT

ASSINATURA ELETRÔNICA
QUALIFICADA

Conforme
MP 2.200-2/01
e Lei 14.063/20

Assinatura aprovada.



Informações da Assinatura:

Assinado por: LUIS RICARDO BARUFFI
CPF: ***.649.608-**
Nº de série de certificado emitente: 0x67442411064524a8
Data da assinatura: 27/02/2025 11:00:16 BRT

ASSINATURA ELETRÔNICA
QUALIFICADA

Conforme
MP 2.200-2/01
e Lei 14.063/20

Assinatura aprovada.



Ver Relatório de Conformidade

ACESSO RÁPIDO

[Validar](#)

[Sobre](#)

[Dúvidas](#)

[Informações](#)

[Fale Conosco](#)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Histórico		Total
	SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADO	
Saldo em 31/12/2022	1.438.513,09	1.438.513,09
Resultado Líquido	-142.227,19	-142.227,19
Saldo em 31/12/2023	1.296.285,90	1.296.285,90

LELLIS FERRAZ DE
ANDRADE
NETO:41620559803

Assinado de forma digital por
LELLIS FERRAZ DE ANDRADE
NETO:41620559803
Dados: 2025.02.27 11:03:41 -03'00'

LELLIS FERRAZ DE ANDRADE NETO

CPF: 416.205.598-03

LUIS RICARDO
BARUFFI:31064960880

Assinado de forma digital por LUIS
RICARDO BARUFFI:31064960880
Dados: 2025.02.27 11:03:59 -03'00'

LUIS RICARDO BARUFFI

Reg. no CRC - SP sob o No. 1SP262232/O-5

CPF: 310.649.608-80

Atenção: O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s).

Informações gerais do arquivo:

Nome do arquivo: SANTA CASA IBIRAI - DMPL 2023.pdf
Hash: bc5ee00d87b2bca951a5dfcod705f4d2d59b2412d5afbd2b5e97676f2feebb0b
Data da validação: 10/03/2025 09:38:01 BRT

Informações da Assinatura:

Assinado por: LELLIS FERRAZ DE ANDRADE NETO
CPF: ***.205.598-**
Nº de série de certificado emitente: 0x674424041066a1ce
Data da assinatura: 27/02/2025 11:03:41 BRT

ASSINATURA ELETRÔNICA
QUALIFICADA

ICP
Brasil

Conforme
MP 2.200-2/01
e Lei 14.063/20

Assinatura aprovada.

Informações da Assinatura:

Assinado por: LUIS RICARDO BARUFFI
CPF: ***.649.608-**
Nº de série de certificado emitente: 0x67442411064524a8
Data da assinatura: 27/02/2025 11:03:59 BRT

ASSINATURA ELETRÔNICA
QUALIFICADA

ICP
Brasil

Conforme
MP 2.200-2/01
e Lei 14.063/20

Assinatura aprovada.

Ver Relatório de Conformidade

ACESSO RÁPIDO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

Descrição	Saldo Atual
RECEITAS	6.303.504,32
RECEITAS OPERACIONAIS	6.270.922,29
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRÁ	1.639.284,49
PREF MUN IBIRÁ - CONVÊNIO 01/2018 - T. ADITIVO 01/2021	28.643,08
H. B. SAÚDE S/A	155.632,98
BENSAUDE PLANO DE ASSISTENCIA MEDICA HOSPITALAR LTDA	79.201,79
UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL	143.629,82
AUSTACLINICAS ASSISTENCIA MEDICA E HOSPITALAR LTDA	28.163,44
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO	2.754,44
DOAÇÕES DIVERSAS	22.747,11
EXAMES PARTICULARES	81.400,38
FACULDADE UNILAGO	115.725,00
CONTRIBUINTES ASSOCIADOS	38.546,74
EVENTO BENEFICIENTE - FESTA DAS NAÇÕES	9.198,00
SÃO DOMINGOS SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	3.412,89
PREF MUN IBIRÁ - CONVÊNIO 01/2023 - T. ADITIVO 01/2022	3.426.480,96
CONVÊNIO 01/2023 MAC - SIAFEN	229.144,64
TERMO ADITIVO - AO MAC SUS	69.754,07
ENFERMAGEM	99.847,12
EXAMES SUS	97.355,34
OUTRAS RECEITAS	32.582,03
JUROS DE APLICAÇÕES	132,36
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,02
BONIFICAÇÕES, BRINDES E AMOSTRA GRÁTIS	4.029,86
INSS - PATRONAL, RAT E TERCEIROS	28.419,79
DESPESAS	(6.445.731,51)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(3.532.045,33)
SALÁRIOS E ORDENADOS	(2.562.039,70)
13º SALÁRIO	(206.198,65)
FÉRIAS	(242.173,60)
INSS	(20.369,12)
FGTS	(238.412,12)
INDENIZAÇÕES E AVISO PRÉVIO	(23.053,25)
VALE - ALIMENTAÇÃO	(207.819,45)
13º SALÁRIO PORTARIA 1135/2023	(18.997,41)
TELEFONE	(4.621,17)
SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA	(691,00)
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	(3.640,00)
REFEIÇÕES, LANCHES E PREPAROS	(4.029,86)
DESPESAS GERAIS	(2.615.350,78)
ALUGUÉIS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	(230,00)
ENERGIA ELÉTRICA	(49.721,40)
ÁGUA E ESGOTO	(7.471,39)
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	(17.246,67)
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	(177.628,77)
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	(24.894,63)
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(1.190,30)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	(2.289.874,92)
SOFTWARE	(23.099,15)
ASSESSORIA E CONSULTORIA	(18.000,00)
MATERIAL DE COZINHA	(850,00)
CREMESP	(1.143,55)
SEGURANÇA DO TRABALHO	(4.000,00)
DESPESAS GERAIS	(34,26)
TAXAS MUNIIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS	(34,26)
DESPESAS OPERACIONAIS	(255.705,45)
MANUTENÇÃO E REPARO	(26.210,57)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(139,03)
SERVIÇOS LABORATORIAIS	(176.847,31)
MEDICAMENTOS	(824,40)
MANUTENÇÃO PREDIAL	(18.161,64)
PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO	(33.522,50)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

Descrição	Saldo Atual
DESPESAS FINANCEIRAS	(6.595,69)
JUROS PASSIVOS	(2.716,12)
MULTAS PASSIVAS	(987,89)
TARIFA BANCÁRIA	(2.891,68)
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(36.000,00)
PROCESSOS JUDICIAIS-AÇÕES TRABALHISTAS	(36.000,00)
DÉFICIT	(142.227,19)

LELLIS FERRAZ DE
ANDRADE
NETO:41620559803

Assinado de forma digital por
LELLIS FERRAZ DE ANDRADE
NETO:41620559803
Dados: 2025.02.27 11:05:15
-03'00'

LELLIS FERRAZ DE ANDRADE NETO

CPF: 416.205.598-03

LUIS RICARDO
BARUFFI:31064960880

Assinado de forma digital por LUIS
RICARDO BARUFFI:31064960880
Dados: 2025.02.27 11:05:34 -03'00'

LUIS RICARDO BARUFFI
Reg. no CRC - SP sob o No. 1SP262232/O-5
CPF: 310.649.608-80

Atenção: O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s).

Informações gerais do arquivo:

Nome do arquivo: SANTA CASA IBIRAI - DRE 2023.pdf

Hash: 35f7f67f399492ca0b0e23bc0976003f94f34a83ba8473d93ee978e73bbc832d

Data da validação: 10/03/2025 09:38:27 BRT

Informações da Assinatura:

Assinado por: LELLIS FERRAZ DE ANDRADE NETO

CPF: ***.205.598-**

Nº de série de certificado emitente: 0x674424041066a1ce

Data da assinatura: 27/02/2025 11:05:15 BRT



Assinatura aprovada.

Informações da Assinatura:

Assinado por: LUIS RICARDO BARUFFI

CPF: ***.649.608-**

Nº de série de certificado emitente: 0x67442411064524a8

Data da assinatura: 27/02/2025 11:05:34 BRT



Assinatura aprovada.

Ver Relatório de Conformidade

ACESSO RÁPIDO

Validar

Sobre

Dúvidas

Informações

Fale Conosco

NOTAS EXPLICATIVAS EM 31/12/2023

NOTA Nº 01: CONTEXTO OPERACIONAL

A SANTA CASA DE MISERICORDIA DE IBIRA, cadastrada no CNPJ nº 48.321.038/0001-92, constituída em 21/03/1977, com CNAE principal 8610-1/01 - Atividades de atendimento hospitalar e CNAE secundários 86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências, 86.21-6-02 - Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel, 86.22-4-00 - Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências, 86.40-2-02 - Laboratórios clínicos, e 86.40-2-05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia, com sede no município de Ibirá/SP, na Avenida José Bueno Cavalheiro, nº 600, comarca Catanduva, Bairro Centro, CEP: 15.860-00.

A Associação continuará a reger pela denominação social de SANTA CASA DE MISERICÓDIA DE IBIRÁ, pela qual serão praticados todos os atos administrativos judicial e extrajudicialmente.

Como entidade filantrópica, sem fins lucrativos, a Associação tem por objetivo desenvolver atividades dirigidas à saúde, em especial:

- I. Prestar assistência médica e hospitalar;
- II. Prestar serviços de promoção de assistência social;
- III. Promover o ensino e a pesquisa na área de saúde e assistência social;
- IV. Praticar atividades compatíveis com seus objetivos sociais e assistenciais;
- V. Implementar políticas voltadas à medicina preventiva à população, com vistas à redução de custos operacionais na prestação de serviços de medicina curativa.

A Associação, não contribui entre os associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, divididos bonificações participações ou parcelas de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Os serviços assistências são prestados pela Associação, na forma legal exigida pelas disposições vigentes, observando sempre o princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, e da eficiência, de modo a assegurar sua finalidade filantrópica sem distinção ou discriminação de raça, gênero, cor, condição social, credo político ou religioso, idade, nacionalidade ou outras de qualquer natureza, sendo vedado seu condicionamento a qualquer doação, contrapartida ou equivalente.

As atividades dos Diretores, Conselheiros, Irmãos e Benfeitores são inteiramente gratuitos, sendo-lhes vedado o recebimento de quaisquer vantagens, benefícios ou gratificações.

Não se inclui na proibição de que se trata esse artigo o caso de remuneração do Diretor Clínico, Diretor Técnico e Diretor Acadêmico.

A Associação compõe-se de ilimitado número de membros, pessoas físicas, sem distinção de raça, cor, nacionalidade, sexo, religião ou ideologia política, que se denominam "IRMÃOS", entre os quais se destacam:

I- IRMÃO BENEMERITOS: são todos aqueles que contribuem para o patrimônio social com moeda e outros bens, ou ainda com qualquer outra forma, cuja colaborações a critério da Diretoria Executiva, justifiquem classificar tais irmãos nesta categoria.

II- IRMÃOS: aqueles que concorrem com a importância mensal a ser estipulada pela mesa conjunta.

Ao conjunto de irmãos de todas as categorias dá-se o nome de "SANTA CASA DE MISERICÓDIA DE IBIRÁ" sendo pessoal, intransferível e intransmissível, a qualidade de associado.

Para ser considerado "IRMÃO" e fazer parte da "Santa Casa de Misericórdia de Ibirá", é necessário que a pessoa tenha boa conduta e seja apresentada por um irmão de qualquer categoria.

A proposta de admissão de um irmão deverá ser apreciada pela Mesa Conjunta e aprovada se receber a maioria dos votos dos membros presentes à mesma, não sendo aceito voto por procuração.

Os irmãos (de qualquer categoria) NÃO respondem solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela "SANTA CASA DE MISERICÓDIA DE IBIRÁ".

NOTA Nº 02: POLÍTICA CONTÁBIL E DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023, aqui compreendidas, foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis e aprovadas pelo conselho da entidade e autorizadas para emissão. A escrituração contábil e a preparação de suas demonstrações financeiras, a entidade adotou as práticas contábeis definidas na legislação societária brasileira aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e fundações, as quais incluem a ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, emitida e aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Não há outros pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigendo a partir de 2023, que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da entidade.

NOTA Nº 03: REGIME DE CONTABILIZAÇÃO

O resultado foi demonstrado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na demonstração do resultado dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

NOTA Nº 04: RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas e despesas de natureza financeiras foram contabilizadas de acordo com os extratos bancários fornecidos pela entidade.

NOTA Nº 05: CONTABILIDADE TERCEIRIZADA

Os administradores da entidade optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da entidade, declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da entidade em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da entidade, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A administração da entidade encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei nº 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimento. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda estas demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da entidade a este profissional.

NOTA Nº 06: MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da entidade.

NOTA Nº 07: DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Na preparação de suas demonstrações financeiras, a entidade adotou as práticas contábeis definidas na legislação societária brasileira aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e fundações, as quais incluem a ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, emitida e aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

NOTA Nº 08: APURAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS E DETERMINAÇÃO DO RESULTADO

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercício, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos, compensação de boletos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de notas fiscais, comprovantes de pagamentos e demais recibos em conformidade com as exigências fisco legais. A totalidades das receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas ao resultado pelo regime de competência.

Suas receitas reconhecidas mensalmente e são apuradas através dos recibos de contribuições emitidos e doações recebidas na qual estabelece estatuto e seu superávit é destinado a despesas que venham a ocorrer com as atividades dispostas, conforme preâmbulo desta nota explicativa.

O Patrimônio Social está constituído pelos valores do superávit e déficits apurados em cada exercício conforme determinado em norma ITG 2002, onde não houve dotação inicial disponibilizada pelo instituído/fundador em ativo monetário ou não monetário.

O superávit/déficit apurado no exercício é pelo regime de competência. O mesmo é incorporado ao patrimônio social e integralmente destinado à manutenção e desenvolvimento dos objetivos da entidade.

NOTA Nº 09: ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

A classificação das contas está como circulante quando um ativo quando espera receber seu valor, vendê-lo ou consumi-lo nos próximos doze meses da data das demonstrações contábeis e um passivo quando espera liquidá-lo nos próximos doze meses da data das demonstrações contábeis; todos os outros ativos e passivos serão classificados como não circulantes.

NOTA Nº 10: ESTOQUES

A administração da entidade declara que não apresenta saldos em estoques na data da elaboração das demonstrações contábeis.

NOTA Nº 11: ATIVO IMOBILIZADO

A administração da entidade declara que os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação calculada para a elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2023.

Devido à mudança de responsabilidade técnica contábil do exercício de 2020 para o exercício de 2021, não foi fornecido o controle de imobilizado e o cálculo de depreciação dos bens. A gestão da entidade foi solicitada a fornecer o controle patrimonial de todos os bens, mas isso não foi fornecido. Os saldos dos bens apresentados estão sendo carregados sem o devido cálculo da depreciação.

NOTA Nº 12: PROVISÃO PARA RISCOS OU CONTINGÊNCIAS

Todos os valores de processos, demandas judiciais, ações são baseadas e controlados nas análises, previsões, orientações dos assessores jurídicos da entidade. Constan demonstrados os saldos do exercício de 2022, pois a relação de processos não foi atualizada pela diretoria e equipe jurídica no exercício de 2023.

Processos com Perdas Possíveis:

MÊS DISTRIBUIÇÃO	PROCESSO Nº	VARA	COMARCA	AUTOR	RÉU	TIPO DE AÇÃO (CONTRÁRIA, FAVORÁVEL)	FASE PROCESSUAL	VALOR DA CAUSA	PEDIDO	STATUS PROCESSUAL (DEZ/22)
set/22	0011038-14.2022.5.150028	1ª Vara	Catanduva	Francisca Junia Rodrigues da Silva de Almeida	Santa Casa de Misericórdia de Ibirá	CONTRÁRIA	pendente julgamento	R\$ 47.734,00	Rescisão indireta, estabilidade gestante, verbas rescisórias, indenização por dano moral, Multa do artigo 467 da CLT, FGTS e Multa de 40%	Audiência de instrução 12/06/2024, às 14h00min
set/21	0011277-28.2021.5.15.0133	1ª Vara	Catanduva	Iran Mendonça de Almeida	Santa Casa de Misericórdia de Ibirá	CONTRÁRIA	processo encerrado - ACORDO	R\$ 171.277,55	RECONHECIMENTO DE VÍNCULO, VERBAS RESCISÓRIAS, FGTS E MULTA DE 40%, DIFERENÇA SALARIAL, ACÚMULO DE FUNÇÃO, DIFERENÇA DE FÉRIAS, ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, DANOS MORAIS, ANUIÊNIO CONVENÇÃO COLETIVA, MULTA CCT	Acordo homologado R\$ 36.000,00 , para pagamento em 10 parcelas
jan/13	0000172-80.2023.8.26.0132	1ª Vara Cível	Catanduva	Arildo da Silva Aguiar, Maria Wagner Pereira de Aguiar, Marino Pereira de Aguiar	Santa Casa de Misericórdia de Ibirá, Roberto Pereira, Município da Estância de Ibirá	CONTRÁRIA	Aguardando esclarecimentos do perito	R\$ 746.400,00	Indenização por dano moral	Realização de perícia médica pelo Imesc
out/12	0015607-31.2012.8.26.0132	1ª Vara Cível	Catanduva	Franklin Alves Ribeiro, Rogério Ribeiro, Joseilda Alves Felix,	Santa Casa de Misericórdia de Ibirá, Roberto Pereira, Município da Estância de Ibirá, Rafaela Campanholo Grandinete	CONTRÁRIA	pendente de julgamento do Recurso no Superior Tribunal de Justiça	R\$ 566.480,00	Ação de obrigação de fazer, cumulada com prestação de alimentos, indenização por dano materiais, morais, estéticos e psicológicos	Acórdão que condenou a Santa Casa e o Município a pagar indenização por danos morais, estético e pensão mensal ao menor dos 16 anos de vida até os 75 anos
nov/11	0016715-32.2011.8.26.0132	2ª Vara Cível	Catanduva	Maria José Iani de Carvalho, Lucas Iani de Carvalho,	Santa Casa de Misericórdia de Ibirá, Roberto Pereira, Prefeitura Municipal da Estância de Ibirá	CONTRÁRIA	Processo encerrado - desfavoravel	R\$ 889.088,35	Erro médico, indenização por danos morais e Materiais	Condenação da Santa Casa, Medico e Município
mai/22	0005207-45.2018.5.260132	2ª vara Cível	Catanduva	Maria José Iani de Carvalho, Lucas Iani de Carvalho,	Santa Casa de Misericórdia de Ibirá, Roberto Pereira,	CONTRÁRIA	Cumprimento de sentença	R\$ 47.013,86	Cumprimento de sentença condenação processo principal	Extinto pelo pagamento

Processos com Perdas Remotas:

MÊS DISTRIBUIÇÃO	PROCESSO Nº	VARA	COMARCA	AUTOR	RÉU	TIPO DE AÇÃO (CONTRÁRIA, FAVORÁVEL)	FASE PROCESSUAL	VALOR DA CAUSA	PEDIDO	STATUS PROCESSUAL (DEZ/22)
ago/21	1007731-90.2021.8.26.0132	1ª Vara Cível	Catanduva	Santa Casa de Misericórdia de Ibirá	Itaú Unianco S/A	FAVORÁVEL	Fase de instrução de provas	R\$ 2.469,57	Anulação de débito	Aguardando a realização de perícia técnica contábil

As provisões constituídas encontram-se fortemente alicerçadas nas opiniões dos assessores jurídicos e advogados, levando em conta a natureza das ações,

a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais com base o exercício de 2022. Assim, a entidade considera que tais provisões são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

NOTA Nº 13: RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a entidade tem os tributos como objetos da sua renúncia fiscal.

Para usufruir da isenção tributária, a entidade cumpre os seguintes requisitos:

- Não percebe a seus direitos, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.
- Aplicar suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.
- Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.
- Atende o princípio da universidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidade pública consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público alvo.

NOTA Nº 14: AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Conforme disposto na nota explicativa nº 5, a responsabilidade profissional do contabilista que referenda estas demonstrações contábeis estão limitadas aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

A administração da entidade declara estar ciente que foram reajustados os saldos iniciais das contas patrimoniais necessárias, a fim de demonstrar efetivamente a realidade econômica, financeira e patrimonial da empresa, em conformidade a ITG 2002 (R1), transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência.

NOTA Nº 15: EVENTOS SUBSEQUENTES

A entidade declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da entidade ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Os demais procedimentos contábeis atendem a legislação pertinente.

Ibirá/SP, 31 de Dezembro de 2023

LELLIS FERRAZ DE
ANDRADE
NETO:41620559803

Assinado de forma digital por
LELLIS FERRAZ DE ANDRADE
NETO:41620559803
Dados: 2025.02.27 11:06:11
-03'00'

PRESIDENTE
LELLIS FERRAZ DE ANDRADE NETO
CPF nº 416.205.598-03

LUIS RICARDO
BARUFFI:31064
960880

Assinado de forma digital
por LUIS RICARDO
BARUFFI:31064960880
Dados: 2025.02.27
11:07:11 -03'00'

EMPCONT LTDA
LUIS RICARDO BARUFFI
1SP262232/O-5

Atenção: O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s).

Informações gerais do arquivo:

Nome do arquivo: SANTA CASA IBIRAI - NE 2023.pdf

Hash: 7f6ec7a1bf4ca3243bafca62cf94642e53322898115cc5fb9322912a62d11f9a

Data da validação: 10/03/2025 09:38:51 BRT

Informações da Assinatura:

Assinado por: LELLIS FERRAZ DE ANDRADE NETO

CPF: ***.205.598-**

Nº de série de certificado emitente: 0x674424041066a1ce

Data da assinatura: 27/02/2025 11:06:11 BRT

Assinatura aprovada.



Informações da Assinatura:

Assinado por: LUIS RICARDO BARUFFI

CPF: ***.649.608-**

Nº de série de certificado emitente: 0x67442411064524a8

Data da assinatura: 27/02/2025 11:07:11 BRT

Assinatura aprovada.



Ver Relatório de Conformidade

ACESSO RÁPIDO

Validar

Sobre

Dúvidas

Informações

Fale Conosco



SANTA CASA DE MISERICORDIA DE IBIRÁ

UTILIDADE PÚBLICA: Lei Municipal Nº 593 - Lei Estadual Nº 7.906 - Decreto Federal
Nº 89.685 - Isenção Patronal Nº 44006002259/9716 - CNPJ Nº 48.321.038/0001-92
AV. JOSÉ BUENO CAVALEIRO 600 - IBIRÁ - SP - CEP 15860-023 - CAIXA POSTAL 24
Tel.: (17)3551 1311 - Urgência e Emergência 24 Horas: (17) 3551 1312
administrativo@santacasaibir.com.br

Santa Casa de Misericórdia de Ibirá/SP

CNPJ: 48.321.038/0001-92

NOTA EXPLICATIVA COMPLEMENTAR AO ITEM 3.5 – IMOBILIZADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em reais)

1. Contextualização da nova gestão

Em Assembleia Geral realizada em 27 de dezembro de 2024, o Sr. Júlio Cesar Lanza foi eleito Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Ibirá, juntamente com a nova Diretoria. A partir de sua posse, foram implementadas medidas administrativas voltadas à reestruturação organizacional e contábil da entidade, com destaque para a contratação de nova administradora e a reestruturação dos processos internos administrativos, contábeis e patrimoniais, com foco na conformidade normativa e na transparência institucional.

2. Diagnóstico das inconformidades

Durante os primeiros meses da nova gestão, foi identificado que a entidade não dispunha de controles patrimoniais analíticos adequados, impossibilitando o correto cálculo e registro da depreciação dos ativos imobilizados. Essa deficiência foi formalmente reconhecida nas próprias demonstrações contábeis, nos pareceres da auditoria independente e no Parecer Técnico nº 248/2025-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, impactando a fidedignidade das demonstrações contábeis da entidade e a conformidade com as normas contábeis vigentes, especialmente a NBC TG 27 e a ITG 2002.



SANTA CASA DE MISERICORDIA DE IBIRÁ

UTILIDADE PÚBLICA: Lei Municipal Nº 593 - Lei Estadual Nº 7.908 - Decreto Federal Nº 89.685 - Isenção Patronal Nº 44006002259/9716 - CNPJ Nº 48.321.038/0001-92
AV. JOSÉ BUENO CAVALEIRO 600 – IBIRÁ – SP – CEP 15860-023 - CAIXA POSTAL 24
Tel.: (17)3551 1311 – Urgência e Emergência 24 Horas: (17) 3551 1312
administrativo@santacasaibir.com.br

3. Medidas corretivas implementadas

Com o objetivo de promover a regularização patrimonial e garantir a transparência das informações contábeis, a entidade editou, em 27 de junho de 2025, a Portaria Administrativa nº 01/2025 – SCMI, que instituiu a Comissão Técnica de Levantamento Patrimonial. A comissão é responsável por:

- Identificar, descrever e catalogar todos os bens tangíveis;
- Realizar o registro fotográfico e fixação de plaquetas de controle patrimonial nos respectivos bens;
- Avaliar os bens com base em valor de mercado, localização física, estado de conservação, data de aquisição (quando disponível) e estimativa de vida útil remanescente.

Até a data da presente nota, foram identificados e catalogados 468 bens patrimoniais tangíveis nas dependências da instituição, com a execução em andamento das demais etapas.

Todas as etapas da comissão foram registradas documentalmente, com arquivos fotográficos, protocolos de catalogação e sistema de controle físico-digitado dos ativos, garantindo rastreabilidade futura.

4. Ações técnicas-contábeis em andamento

Paralelamente às ações administrativas, a entidade iniciou o processo de contratação de empresa especializada para executar, no prazo estimado de 90 (noventa) dias, os serviços técnicos de avaliação patrimonial e adequação contábil, conforme as normas NBC TG 27 (Ativo Imobilizado), ITG 2002 (Entidade sem finalidade de lucros), NBC TG 1000 (PMEs) e demais disposições aplicáveis. Entre os serviços previstos, destacam-se:

- Estimativa de valor de reposição e vida útil dos bens;
- Cálculo de valor residual e implantação da depreciação contábil;
- Conciliação entre inventário físico e registros contábeis;
- Reclassificações patrimoniais e ajustes contábeis necessários.



SANTA CASA DE MISERICORDIA DE IBIRÁ

UTILIDADE PÚBLICA: Lei Municipal Nº 593 - Lei Estadual Nº 7.906 - Decreto Federal
Nº 89.685 - Isenção Patronal Nº 44006002259/9716 - CNPJ Nº 48.321.038/0001-92
AV. JOSÉ BUENO CAVALEIRO 600 - IBIRÁ - SP - CEP 15860-023 - CAIXA POSTAL 24
Tel.: (17)3551 1311 - Urgência e Emergência 24 Horas: (17) 3551 1312
administrativo@santacasaibira.com.br

5. Considerações finais

A avaliação patrimonial encontra-se em execução, com previsão de conclusão até o mês de novembro de 2025. Os ajustes serão registrados nas demonstrações contábeis do exercício de 2025. A Santa Casa de Misericórdia de Ibirá reitera seu compromisso com a transparência, a governança e o cumprimento das normas contábeis brasileiras, mantendo os registros atualizados e em conformidade com os princípios da contabilidade.

A entidade manterá todas as evidências documentais do processo de regularização patrimonial, assegurando a integridade dos registros e o atendimento às exigências do Ministério da Saúde, da Receita Federal e do Conselho Federal de Contabilidade.

Ibirá/SP, 31 de dezembro de 2023

Júlio Cesar Lanza – Provedor

CPF: 290.277.758-26

Luis Ricardo Baruffi – Contador Responsável

CRC 1SP262232/O-5 – EMPCONT LTDA.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria da
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE IBIRÁ.

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Ibirá, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Casa de Misericórdia de Ibirá em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com Ressalva

Durante nossos trabalhos, constatamos que a Santa Casa de Misericórdia de Ibirá não mantém controles analíticos sobre os bens integrantes do ativo imobilizado, o que impossibilitou a aferição do saldo total desses ativos no balanço patrimonial. Consequentemente, o cálculo da depreciação do período restou impossibilitado, gerando, assim, um resultado do exercício superestimado, cujo efeito não pôde ser mensurado.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Santa Casa de Misericórdia de Ibirá, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Chamamos a atenção para as Nota Explicativa 11 às demonstrações contábeis, que descrevem os efeitos da imunidade e isenções usufruídas pela Entidade durante o exercício de 2023, como se devidos fossem.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Ibirá para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram examinadas por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Santa Casa de Misericórdia de Ibirá continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Santa Casa de Misericórdia de Ibirá ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Santa Casa de Misericórdia de Ibirá são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Santa Casa de Misericórdia de Ibirá.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Santa Casa de Misericórdia de Ibirá.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Santa Casa de Misericórdia de Ibirá a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas os controles internos que identificamos durante os trabalhos.

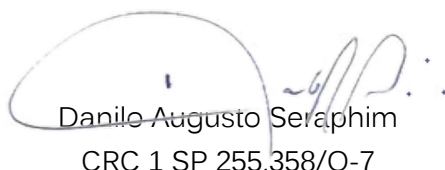
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicado podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São José do Rio Preto, 17 de março de 2025

Decisivo – Auditoria e Consultoria Contábil Ltda

CRC 2 SP 044.766



Danilo Augusto Seraphim
CRC 1 SP 255.358/O-7

Santa Casa de Misericórdia de Ibirá

C.N.P.J. 48.321.038/0001-92

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(valores expressos em reais)

ATIVO	2023 R\$	2022 R\$	PASSIVO	2023 R\$	2022 R\$
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	129.203	110.480	Fornecedores e prestadores de serviços	111.303	18.524
Caixa	838	-	Salários e Ordenados	186.887	132.512
Banco - Contas Correntes	126.422	60.853	Ações Trabalhistas	9.000	-
Banco - Aplicações	1.942	49.627	Rescisões e férias a pagar	5.802	-
Créditos a Receber	23.698	-	Encargos Sociais	31.624	15.028
Convênios a Receber	18.193		Impostos e contribuições a Recolher	28.239	4.995
Serviços prestados a Receber	1.105		Provisões p/ Férias e encargos	244.845	289.300
Exames SUS a Receber	4.400		Parcelamentos	52.380	-
Adiantamentos	83.367	-	Empréstimos	136.464	136.464
Adiantamentos a fornecedores	58.322		Materiais consignados	47.959	
Adiantamentos a empregados	25.046				
Estoques de mercadorias	47.959				
Materiais e Medicamentos consignados	47.959				
Tributos a recuperar/compensar	5.438	-			
Tributos a Recuperar	5.438				
ATIVO CIRCULANTE TOTAL	289.665	110.480	PASSIVO CIRCULANTE TOTAL	854.503	596.823
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	1.929.081	1.924.856	Parcelamentos a Longo Prazo	21.825	
Terrenos	883.396	883.396			
Instalações	669.420	669.420	PASSIVO NÃO CIRCULANTE TOTAL	21.825	-
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	635.617	631.253			
Móveis e Utensílios	425.921	425.921	PATRIMÔNIO SOCIAL		
(-) Depreciação Acumulada	(685.274)	(685.135)	Superávit Acumulado	1.438.513	1.841.713
			Superávit (déficit) do Exercício	(142.227)	(403.200)
			Ajuste de Exercícios Anterior	46.132	
ATIVO NÃO CIRCULANTE TOTAL	1.929.081	1.924.856	PATRIMÔNIO SOCIAL TOTAL	1.342.418	1.438.513
TOTAL GERAL	2.218.746	2.035.336	TOTAL GERAL	2.218.746	2.035.336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ibirá/SP, 17 de março de 2.025.

Santa Casa de Misericórdia de Ibirá
C.N.P.J .48.321.038/0001-92

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(valores expressos em reais)

	2023 R\$	2022 R\$
RECEITAS OPERACIONAIS		
Convênios Municipal e SUS	2.164.029	552.567
Convênios Particulares	491.441	576.707
Outras Receitas Operacionais	115.725	
	2.771.196	1.129.273
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Custo com Pessoal	3.555.063	2.760.447
Custo com Serviços Médicos	2.289.875	2.380.207
Custo dos Serviços Prestados	211.194	275.645
	6.056.132	5.416.299
RESULTADO BRUTO	-3.284.937	-4.287.025
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS		
Despesas Administrativas	383.003	827.317
Financeiras Líquidas	-25.986	-2.875
	357.017	824.442
RECEITAS C/ SUBVENÇÕES, DOAÇÕES E INCENTIVOS		
Subvenção Municipal	3.426.481	4.532.518
Doações	73.246	175.749
	3.499.727	4.708.267
Superávit (Déficit) do Exercício	-142.227	-403.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ibirá/SP, 17 de março de 2.025.

Santa Casa de Misericórdia de Ibirá

C.N.P.J. 48.321.038/0001-92

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA MODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
 (valores expressos em reais)

	2023	2022
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
(A) Resultado Líquido Ajustado		
(+/-) (Déficit) Superávit do Exercício	(142.227)	(403.200)
(+) Depreciação	139	-
(+/-) Ajuste de Exercícios Anteriores	46.132	-
(=) Resultado Ajustado	(95.956)	(403.200)
(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante e Não Circulante		
(-) Aumento do Conta a Receber	(23.698)	-
(-) Aumento dos Adiantamentos	(83.367)	-
(-) Aumento nos Estoques	(47.959)	-
(-) Aumento dos Tributos a Recuperar	(5.438)	-
(=) Acréscimo/Decréscimo do Ativo Circulante e Não Circulante	(160.462)	-
(C) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante		
(+) Aumento no saldo de Fornecedores a Pagar	92.779	
(-) Diminuição no saldo de Fornecedores a Pagar		(168.301)
(+) Aumento de Salários, encargos e Obrigações Trabalhistas	41.318	118.506
(+) Aumento de Impostos a Recolher	23.244	3.724
(+) Aumento de Parcelamentos a Recolher	74.206	-
(+) Aumento de Materiais Consignados	47.959	-
(=) Acréscimo/Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante	279.505	(46.071)
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C)	23.088	(449.271)
2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Aquisição do imobilizado	(4.364)	-
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(4.364)	-
 VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1+2)	 18.724	 (449.271)
 SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	 110.480	 559.751
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	18.724	(449.271)
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	129.203	110.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Santa Casa de Ibirá, 17 de março de 2.025.

Santa Casa de Misericórdia de Ibirá

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores em reais)

	Superávit Acumulado	Ajuste de Exercícios Anteriores	Superávit (Déficit) do Exercício	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.838.340		3.373	1.841.713
Transferencia do Superavit de 2021 para o Patrimonio Social	3.373		(3.373) (403.200)	- (403.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.841.713	-	(403.200)	1.438.513
Transferencia do Déficit de 2022 para o Patrimonio Social	(403.200)	-	403.200	-
Ajuste de Exercícios Anteriores		46.132		46.132
Déficit do exercício - 2023			(142.227)	(142.227)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.438.513	46.132	(142.227)	1.342.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Santa Casa de Ibirá, 17 de março de 2.025.

Santa Casa de Misericórdia de Ibirá/SP

CNPJ: 48.321.038/0001-92

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em reais)

1. Contexto Operacional

A **Santa Casa de Misericórdia de Ibirá**, foi constituída em 21 de março de 1977 e é adotada de personalidade jurídica de direito privado, qualificada como ENTIDADE Assistencial de caráter civil, para prática da filantropia, sem discriminação ou distinção de qualquer natureza, sem fins econômicos, sem caráter politico-partidário, de duração indeterminada, criada para atender aos objetivos propostos no seu Estatuto, regendo-se pelo mesmo e legislação civil aplicável.

Sua finalidade é desenvolver atividades dirigidas à saúde, em especial:

- I. Prestar assistência médica e hospitalar;
- II. Prestar serviços de promoção de assistência social;
- III. Promover o ensino e a pesquisa na área de saúde e assistência social;
- IV. Praticar atividades compatíveis com seus objetivos sociais e assistenciais;
- V. Implementar políticas voltadas à medicina preventiva à população, com vistas à redução de custos operacionais na prestação de serviços de medicina curativa.

A Associação está cadastrada no CNPJ nº 48.321.038/0001-92, com sede na Avenida José Bueno Cavalheiro, 600, Centro, Ibirá/SP e continuará a reger pela denominação social de SANTA CASA DE MISERICÓDIA DE IBIRÁ, pela qual serão praticados todos os atos administrativos judicial e extrajudicialmente.

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Contabilidade Terceirizada

Os administradores da entidade optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais.

Assim, a administração da entidade, declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da entidade em todos os seus termos.

Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da entidade, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência.

A administração da entidade encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei nº 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimento. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda estas demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da entidade a este profissional.

2.2. Declaração de conformidade

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico de Contabilidade, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme adotado no Brasil por meio de aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), ou seja, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em observância a ITG 2002 que trata da contabilidade para Entidades Sem Fins Lucrativos.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados e reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo.

2.4. Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da entidade.

2.5. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis envolve o uso, pela Administração da Entidade, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações contábeis podem estar incluídas estimativas referentes a ajustes a valor presente, as quais, por se tratarem de determinação de cálculos relacionados à probabilidade de eventos futuros, podem gerar resultados reais eventualmente divergentes dessas estimativas.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Caixas e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não supera o valor de mercado.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

3.2. Adiantamentos a fornecedores

Compreende, principalmente, o saldo de pagamentos antecipados à fornecedores para o fornecimento de materiais a serem consumidos pela Entidade, tendo, portanto, o direito de descontar referidos pagamentos do custo total dos materiais, quando forem entregues.

3.3. Contas a receber

Apresentadas aos valores de realização, deduzidos do ajuste para créditos de liquidação duvidosa, que é constituído com base na análise dos riscos de perda esperada da realização do contas a receber.

3.4. Estoques

O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel e, em geral, compreende materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo. Os estoques obsoletos ou vencidos são baixados ou substituídos, quando identificados.

3.5. Imobilizado

A administração da entidade declara que os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação calculada para a elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2023.

Devido à mudança de responsabilidade técnica contábil do exercício de 2020 para o exercício de 2021, não foi fornecido o controle de imobilizado e o cálculo de depreciação dos bens. Os saldos dos bens apresentados estão sendo carregados sem o devido cálculo da depreciação.

3.6. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores exigíveis e atualizados monetariamente quando esta exigência for pertinente.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades realizadas. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelos valores mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. Na prática, as contas a pagar são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

3.8. Encargos Sociais a Recolher

Representa os encargos como FGTS, INSS, assim como, os valores dos salários dos funcionários a serem pagos no mês seguinte.

3.9. Impostos e Contribuições a Recolher

Representa os tributos retidos na fonte para pagamento à Secretaria da Receita Federal, como Imposto de Renda Retido na Fonte e outros.

3.10. Parcelamentos de Curto e Longo Prazo

Os saldos apresentados nas contas contábeis relativas à parcelamentos referem-se à ao acordo de parcelamento firmado junto à FUNFARME – Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto, firmado em 24 parcelas as quais estão sendo quitadas mensalmente.

3.11. Provisões de Férias e encargos incidentes

As provisões de férias são calculadas automaticamente por software de gestão de Recursos Humanos e deduzidas quando são realizados os registros de pagamento de adiantamento de férias, por ocasião do gozo de férias dos funcionários.

3.12. Apuração do Resultado

O resultado foi apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento das receitas e despesas no período em que ocorreram.

4. Patrimônio Líquido

O patrimônio social é constituído pelos superávits e déficits apurados anualmente, integralmente destinados à manutenção das atividades da entidade, bem como eventuais ajustes de avaliação patrimonial e ajustes de exercícios anteriores.

5. Ajuste de Exercícios Anteriores

Conforme disposto na nota explicativa nº 2.1, a responsabilidade profissional do contabilista que referenda estas demonstrações contábeis é limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

A administração da entidade declara estar ciente que foram reajustados os saldos iniciais das contas patrimoniais necessárias, a fim de demonstrar efetivamente a realidade econômica, financeira e patrimonial da empresa, em conformidade a ITG 2002 (R1), transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência.

6. Receitas

As receitas são reconhecidas mensalmente conforme o regime de competência, sendo provenientes, principalmente, de atendimento hospitalar a pacientes particulares, de empresas privadas e órgãos públicos, com os quais a Entidade, mantém convênio, sendo em sua maior parte com o SUS e Convênios Particulares.

Também são fontes de receitas as doações, contribuições, receitas financeiras e outros ganhos informados documentalmente pela Entidade aos encarregados pelos registros contábeis.

7. Financeiras Líquidas

As receitas financeiras abrangem juros sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. Também abrangem as receitas de reciprocidade reconhecidas no resultado por meio do regime de competência. As despesas financeiras abrangem, substancialmente as despesas com juros e despesas bancárias.

8. Provisões de Contingência

As provisões para riscos e contingências são baseadas nas opiniões dos assessores jurídicos, que não identificaram eventuais Perdas Prováveis, mas, sim, Perdas Possíveis e Remotas, descritas a seguir:

MÊS DISTRIBUIÇÃO	PROCESSO N°	VARA	COMARCA	AUTOR	FASE PROCESSUAL	VALOR DA CAUSA	PEDIDO
set/22	0011038-14.2022.5.150028	1ª Vara	Catanduva	Francisca Jania Rodrigues da Silva de Almeida	pendente julgamento	R\$ 47.734,00	Rescisão indireta, estabilidade gestante, verbas rescisórias, indenização por dano moral, Multa do artigo 467 da CLT, FGTS e multa de
jan/13	0000172-80.2023.8.26.0132	1ª Vara Cível	Catanduva	Arlindo da Silva Aguiar, Maria Wagner Pereira de Aguiar, Marino Pereira de Aguiar	Aguardando esclarecimentos do perito	R\$ 746.400,00	Indenização por dano moral
out/12	0015607-31.2012.8.26.0132	1ª Vara Cível	Catanduva	Franklin Alves Ribeiro, Rogério Ribeiro, Joseilda Alves Felix	pendente julgamento do Recurso no Superior Tribunal de Justiça	R\$ 566.480,00	Ação de obrigação de fazer, cumulada com prestação de alimentos, indenização por dano material, moral, estético e

9. Atendimento ao SUS

A Entidade em atendimento ao inciso II do artigo 9º da LEI COMPLEMENTAR N° 187, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021, apresentou em 2023 percentuais de atendimentos decorrentes de convênio firmado com o SUS (Sistema Único de Saúde) superior a 60% do total de sua capacidade instalada.

10. Eventos subsequentes

Não houve fatos subsequentes relevantes que pudessem impactar a situação patrimonial financeira da entidade após o encerramento do exercício de 2023.

11. Isenções Previdenciárias usufruídas

De acordo com o Art. 150 da Constituição Federal, a Entidade é imune dos impostos sobre patrimônio e renda. Além disso, é considerada isenta de contribuições de acordo com o Art. 195 da Constituição Federal e em atendimento a LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

Em atendimento à ITG 2002 Entidades sem Finalidade de Lucros, estão demonstrados a seguir os valores relativos à imunidade e isenções usufruídas pela Entidade durante o exercício de 2023, como se devidos fossem:

DESCRIÇÃO	TOTAL
<i>Folha Anual</i>	2.562.039,70
<i>INSS</i>	20%
<i>Imposto a Pagar</i>	512.407,94
<i>Benefício</i>	512.407,94

12. Outras informações

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas são realizados por empresa terceirizada, com base nos documentos e informações fornecidos pela administração, a qual assume integral responsabilidade pela veracidade e completude dos dados. Esses registros permanecem sujeitos à fiscalização das autoridades competentes, respeitados os prazos prescricionais previstos na legislação vigente.

Ibirá/SP, 31 de dezembro de 2023

Lellis Ferraz De Andrade Neto
Presidente
CPF: 416.205.598-03

EMPCONT LTDA
Luis Ricardo Baruffi
CRC 1SP262232/O-5

